



Secretaria de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento



ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas **APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR – VALE DO TAQUARI**

Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE

MARÇO DE 2014



Termo de Contrato Nº. 17/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)

Tarso Genro

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

Ibes Eron Alvez Vaz

José Carlos Mello Mendes

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Bernhard Schlee

Juliana Mastrascusa Espíndola

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.

Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)

info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto

**Equipe Executora
DIEESE**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

APRESENTAÇÃO.....	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL.....	15
1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa	15
1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento	16
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas	21
2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI NO APL VALE DO TAQUARI	30
3. DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR.....	32
CONCLUSÃO.....	34
GLOSSÁRIO	37
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS.....	39
ANEXO 1	44
ANEXO 2.....	46
ANEXO 3.....	47

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Agroindústria Familiar – Vale do Taquari*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o segundo de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Agroindústria Familiar – Vale do Taquari, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no boletim anterior não é replicada aqui. Este boletim está dividido em três partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do emprego; (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL; (3) Análise do desempenho exportador do APL.

A parte 1 inicia traçando um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de setembro a novembro¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise de desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos e dos vínculos de emprego, tempo médio de permanência no emprego, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores individuais, e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

Por último, a parte 3 se volta para a análise do desempenho exportador do APL, com dados sobre exportações divididas por municípios e atividades econômicas. Também se busca compreender as relações entre os saldos de emprego e valor das exportações.

¹ Último mês disponível (com ajustes) durante a elaboração deste relatório.

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse relatório, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: “*o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais*”².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Agroindústria Familiar - Região Missões estão descritos no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (setembro a novembro). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

O Caged é um registro administrativo que faz parte do controle e da contabilidade necessária para implementar ou administrar programas ou projetos governamentais. A base de dados é gerenciada

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

pelo Ministério do Trabalho e a cobertura está restrita ao mercado de trabalho formal (assalariados celetistas somente). Contudo, vale salientar que, embora o trabalho rural seja regulado por lei específica, a saber - lei 5.889 de junho de 1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), regulamentada pelo Decreto 73.626 de 1974 e também pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, - o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ademais, a lei 11.718/08 proporcionou maior formalização do trabalhador, contemplando aqueles que trabalham por pequeno prazo, prevê registro na carteira de trabalho e no livro ou ficha de empregados. Nesse aspecto, torna-se relevante esclarecer que de acordo com o Manual do Caged⁶, devem ser declarados os “trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural”. Contudo, o Caged não possibilita, na consulta à sua base de dados, a separação entre estabelecimentos rurais e urbanos. Sendo assim, a maneira encontrada para contornar o problema foi elaborar uma tabulação dos saldos utilizando por tipo de estabelecimento disponível na base de dados. Este filtro, entretanto, é bastante restrito e somente diferencia o tipo de cadastro do estabelecimento. Dois são os tipos: CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e CEI (Cadastro Específico do INSS). O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal. O CNPJ é o cadastro geral, requerido da maior parte das empresas. Já o CEI tem escopo mais reduzido e é requerido somente de alguns tipos de estabelecimentos. O agricultor familiar enquanto segurado especial do INSS só necessita da matrícula CEI, sendo dispensado de ter CNPJ. No caso de produtores rurais, somente são obrigados a possuir registro no CNPJ a cooperativa ou associação de segurados especiais⁷. Contudo, não é possível afirmar com toda a certeza que todos os estabelecimentos cadastrados no CNPJ sejam urbanos, isto decorre principalmente do fato que para ser optante do Simples Nacional⁸ os estabelecimentos devem ser cadastrados no CNPJ. Ao menos todos os estabelecimentos cadastrados no CEI são rurais (à exceção dos estabelecimentos do ramo da construção civil). Apesar de não possibilitar afirmações conclusivas, a separação entre CEI e CNPJ foi a forma encontrada para contornar o problema da identificação dos estabelecimentos rurais.

⁶ Manual do Caged, disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual_Caged_2012_vers%C3%A3oACI_13.pdf

⁷ Para mais informações sobre o CEI, consultar: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/defaultcei.htm>

⁸ Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que unifica em uma só guia de recolhimento os diversos tributos incidentes sobre as empresas. Foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para mais informações consultar: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>. Para saber do Simples da Área Rural consultar:

http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural_web.pdf

Ainda em relação à utilização do CAGED para a análise do meio rural, cabe destacar a questão da informalidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, a informalidade no meio Rural alcança níveis significativos, para o Brasil os trabalhadores informais chegaram a representar 60,1% da força de trabalho no campo. Para o Rio Grande do Sul, a situação é pouco melhor: 52,8% dos trabalhadores estão na informalidade. Esta é uma restrição da análise do CAGED, não contempla os trabalhadores sem carteira assinada, uma vez que trata-se de um registro administrativo. Não obstante, a única maneira de contornar o problema é a realização de pesquisa de campo para coleta de dados primários, já que não há, no Brasil, nenhuma base de dados de nível municipal que abranja trabalhadores sem carteira assinada. Por último, cabe salientar que a agricultura familiar possui regras rígidas de definição da unidade produtiva e da contratação de trabalhadores, para que não se perca o caráter 'familiar' da produção. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º estabelece que: "considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família."

Além do mais, a Lei 11.718 de 20/06/2008 estabelece em seu artigo 9º que a contratação de mão de obra pode ocorrer por prazo indeterminado somente quando em associação a cooperativas, quando feita individualmente pelo agricultor familiar não pode exceder 120 dias/homens de trabalho por ano ou seja permite apenas o trabalho por curto prazo. Caso contrário perde-se a condição de Segurado Especial da previdência social. Visando avaliar qual o impacto desta restrição no contrato de trabalho sob as admissões, bem como estimar se há uma sazonalidade nas contratações, foi realizada uma análise a partir dos dados das admissões do APL por mês, separadas por atividade econômica para os anos de 2011, 2012 e 2013. Como aqui se preocupa somente com a sazonalidade das atividades agrícolas, a tabulação foi feita considerando somente tais atividades. Os dados se

encontram no Anexo 2⁹. Como pode ser visto pela análise, não há indícios de sazonalidade na admissão de trabalhadores para o período disponível. Outro ponto que chama atenção é a baixa magnitude das admissões para quase todas as atividades analisadas o que dificulta encontrar sazonalidade. Contudo, há grande oscilação nas admissões das atividades analisadas, principalmente em base mensal, o que, contudo, não indica sazonalidade, mas rotatividade.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregues fora de prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse Boletim, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores a 2013. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve-se entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL de referência, mas apenas os municípios que não fazem parte do APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural pauta-se no período que compreende os meses de setembro a novembro de 2011, 2012 e 2013.

O segundo eixo, os microempreendedores, é desenvolvido na seção subsequente, com os dados extraídos do Portal do Empreendedor que contém as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno

⁹As atividades que seguem não foram incluídas no Gráfico pois não apresentaram nenhuma admissão no período: *Cultivo de Cana-De-Açúcar; Cultivo de Fumo; Cultivo de Soja; Cultivo de Oleaginosas de Lavoura Temporária, Exceto Soja; Horticultura; Cultivo de Laranja; Cultivo de Uva Produção de Sementes Certificadas; Produção de Mudanças e Outras Formas de Propagação Vegetal, Certificadas; Criação de Outros Animais de Grande Porte; Atividades de Pós-Colheita; Preparação do Leite; Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz; Fabricação de Açúcar em Bruto; Fabricação de Aguardentes e Outras Bebidas Destiladas; Fabricação de Vinho*

empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

O último eixo, desempenho exportador do APL é analisado na terceira seção do trabalho. Os dados são oriundos do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Este sistema disponibiliza todas as informações relativas a exportações e importações, com atualização mensal. Os dados disponibilizados pelo sistema são separados por mercadorias, classificadas segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)¹⁰, ao passo que o APL é delimitado levando em consideração as atividades econômicas nele desempenhadas, agrupadas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹¹. Para possibilitar a compatibilização dos dados, a fim de enquadrar os dados de exportação de mercadorias disponibilizados pelo AliceWeb de acordo com as delimitações do APL, estabelecidas segundo a CNAE, utilizou-se a tabela de correspondência entre NCM e CNAE elaborada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)¹². Contudo, mesmo com a utilização da tabela, ainda podem ocorrer sobre ou subestimações ao se compatibilizar os dados. Isso decorre do fato de que a classificação é diferente (mercadoria e atividade econômica) há casos de mercadorias que podem ser produzidas por mais de uma atividade econômica, pois mesmo no nível mais detalhado da NCM há casos em que não é possível determinar com segurança qual atividade econômica foi responsável pela elaboração da mercadoria. Nos casos específicos onde estes problemas ocorrem, são colocadas notas de rodapé explicitando quais mercadorias se encontram nesta situação, e quais foram as ações tomadas para contornar o problema.

Ainda em relação à organização dos dados, há a questão das unidades geográficas. Para o presente estudo, interessa saber o valor das exportações das mercadorias produzidas pelo APL, o que gera a necessidade de se realizar a consulta dos dados por municípios. Contudo, ocorre que o critério para

¹⁰ A lista completa da NCM é encontrada em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3361>

¹¹ A lista completa da CNAE é encontrada em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>. No caso do APL de Agroindústria do Vale do Taquari a lista está disponível no anexo 1 deste relatório.

¹² A tabela se encontra disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas>

as exportações por municípios se refere ao domicílio fiscal da empresa exportadora. Ou seja, são computadas como exportações do município não apenas aquelas mercadorias que de fato são produzidas dentro de seus limites, mas as mercadorias exportadas pelas empresas com domicílio fiscal no município, independente de onde tenham sido produzidas.

Os valores das exportações estão expressos em dólares americanos correntes, modalidade FOB – *Free On Board*¹³, seguindo o padrão em estatísticas de comércio exterior. Da mesma forma que para os eixos de análises anteriores, as tabelas das exportações do APL seguem com a data de extração, pois sempre que um novo mês é disponibilizado no sistema de consulta (AliceWeb), todos os meses do ano corrente e do ano anterior também são atualizados devido a alterações realizadas pelos próprios operadores de comércio exterior.

¹³ FOB é um *International Comercial Term*, termos utilizados em comércio internacional para definir quais as responsabilidades do exportador na operação comercial. No caso do FOB estas se referem a todas as despesas incorridas é que a mercadoria esteja a bordo do navio pronta para o transporte, ou seja, as despesas referentes ao transporte da mercadoria até o porto, armazenagem, capatazia, estivagem e desembaraço aduaneiro.

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado

coletivo, da inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

Como pode ser visto, o programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes. Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida possível dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias. Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se

encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

Como se percebe a partir da análise acima, as políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Os objetivos são claros, bem como a maneira de alcançá-los. Neste ínterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como norte a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

Nessa seção são abordados os saldos (admissões subtraídas às demissões) do emprego formal no período entre os meses setembro a novembro de 2013. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul (exceto os municípios que compõem o APL) e do Brasil (exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvida no APL.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa

Os números gerais do saldo de empregos formais para os meses de setembro a novembro, dos anos de 2011 a 2013 se encontram na Tabela 1. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Agricultura Familiar - Vale do Taquari, seus dados de saldo foram colocados em perspectiva com os dados para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Como já ressaltado, os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul levam em conta somente as mesmas atividades econômicas desempenhadas no APL e não contemplam os municípios do mesmo. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise mais fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos advindos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

O saldo de empregos formais para os meses de setembro a novembro, dos anos de 2011 a 2013 retratam, em termos gerais, a dinâmica do mercado de trabalho para as atividades do APL. No Brasil, no período analisado, verifica-se a recuperação na geração de empregos. O saldo de emprego sai de um patamar negativo -29.188 vagas em 2011 para 23.604 em 2012, chegando a 32.167 em 2013. A dinâmica do Rio Grande do Sul é semelhante à do Brasil, mas com menor intensidade. A variação no saldo entre os anos é menos pronunciada. O Rio Grande do Sul registra, em 2011, saldo de 9.937 vínculos empregatícios, 10.528 em 2012 e 10.952 em 2013. O APL Agroindústria Familiar – Vale do Taquari, por outro lado, apresenta dinâmica oposta. A partir de 2011, ano de melhor saldo, há decréscimo constante no valor do saldo. Em 2011 o saldo equivale a 130 vagas, em 2011, 21. A grande retração, contudo, está concentrada entre 2011 e 2012. Em 2013 observa-se praticamente o mesmo saldo de 2012.

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil⁽¹⁾, Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de
2011, 2012 e 2013

Região	2011	2012	2013
APL	130	26	21
Rio Grande do Sul	9.937	10.528	10.952
Brasil	-29.188	23.604	32.167

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos àquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento

O comportamento da geração de vagas no mercado formal, segundo os municípios do APL, ratifica a importância do município de Encantado para o Arranjo; como os dados da RAIS 2012 e do Caged mostraram no último boletim. No período analisado neste boletim – setembro a novembro de 2013 – este município registrou saldo de 19 postos de trabalho. Junto com Doutor Ricardo, com saldo de 20 empregos, estes dois municípios são os principais. Dentre os demais, cabe destacar Anta Gorda, que apresentou saldo de 16 empregos (Tabela 2).

Em relação aos saldos negativos, Roca Sales e Muçum, com saldos de -33 e -13 empregos, respectivamente. Já relação aos anos de 2011 e 2012 nota-se que, nos dois anos, Encantado diminuiu significativamente o saldo de empregos, o que explica em grande parte a queda do saldo no APL. Em 2011 o município registrou saldo de 123, e em 2012, de 66. Doutor Ricardo e Anta Gorda oscilaram sem nenhum padrão aparente. Entre os municípios com saldos negativos, somente Roca Sales apresenta padrão, com o crescimento contínuo da magnitude dos saldos negativos. Em relação aos dados de janeiro a agosto, apresentados no Boletim anterior, percebe-se Doutor Ricardo e Anta Gorda apresentaram desempenho semelhante para ambos períodos. Muçum não apresenta padrão claro, com dados dos dois Boletins bastante diferentes. Encantado, por sua vez, apresenta dinâmica oposta nos dois Boletins. Para os meses de janeiro a agosto, o crescimento do saldo é contínuo, para setembro a novembro, continuamente decrescente. Roca Sales apresenta dinâmica semelhante, com saldos negativos de magnitude crescente, à exceção do período de janeiro a agosto de 2013, quando seu saldo é zero.

TABELA 2
Saldo de empregos formais segundo municípios
Municípios que compõem o APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Município	2011	2012	2013
Anta Gorda	3	-9	11
Arvorezinha	7	0	6
Coqueiro Baixo	0	0	-1
Dois Lajeados	3	1	-3
Doutor Ricardo	6	1	20
Encantado	123	66	19
Ilópolis	3	-3	6
Muçum	-9	3	-13
Nova Brescia	3	-2	3
Putinga	1	-6	5
Relvado	1	-1	-1
Roca Sales	-18	-24	-33
Vespasiano Corrêa	7	0	2
Total	130	26	21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014
 Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõem o APL, verifica-se que em 2013 o destaque positivo ficou por conta da *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis*, com saldo de 24 empregos, *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente*, com 18, e *Fabricação de Laticínios*, 15. Do outro lado, as atividades com menores saldos, chama atenção *Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais* com saldo negativo de -41 vagas. Em relação aos anos de 2011 e 2012, verifica-se, em termos gerais, a grande oscilação nos saldos das atividades. *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* e *Fabricação de Laticínios* apresentaram o melhor saldo em 2013 e o pior em 2012. Já *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis* apresentou o mesmo desempenho do APL, com decréscimo constante no saldo entre 2011 e 2013, com o maior decréscimo em 2012.

Em relação ao Boletim dos meses de Janeiro a Agosto, observam-se também diferenças significativas. *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis* apresenta saldos negativos para todos os anos, ao passo que no Boletim atual é positivo para todo os anos. Esta grande diferença provavelmente se deve à época do ano, já que esta é uma atividade que tem um forte componente sazonal em sua dinâmica devido à sua natureza. *Fabricação de laticínios*, por sua vez, apresentou o mesmo padrão para os dois boletins. As demais atividades não apresentaram resultados significativos, bem como não apresentaram o mesmo desempenho entre os dois Boletins.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Classe de Atividade Econômica	2011	2012	2013
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	-1	0	-1
Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva	1	0	4
Cultivo de Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas Anteriormente	0	-2	0
Criação de Bovinos	0	3	1
Criação de Suínos	0	-3	-8
Criação de Aves	0	-4	3
Criação de Animais não Especificados Anteriormente	1	-1	0
Atividades de Apoio à Agricultura	-2	1	0
Atividades de Apoio à Pecuária	-3	-8	2
Abate de Reses, Exceto Suínos	0	-1	0
Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	16	10	-41
Fabricação de Produtos de Carne	20	1	2
Fabricação de Conservas de Frutas	0	2	3
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	0	0	5
Fabricação de Laticínios	6	0	15
Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	53	31	24
Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados	2	1	1
Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho	1	-2	0
Fabricação de Alimentos para Animais	-1	-1	-9
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-2	2
Fabricação de Produtos de Panificação	4	3	3
Fabricação de Biscoitos e Bolachas	6	5	0
Fabricação de Massas Alimentícias	7	-1	-3
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	10	-2	18
Fabricação de Estruturas Metálicas	7	0	-6
Fabricação de Esquadrias de Metal	-1	0	1
Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	1	-1	5
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	-1	0	0
Instalação de Equipamentos não Especificados Anteriormente	3	-2	0
Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	1	-1	0
Total	130	26	21

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Devido à grande quantidade de atividades econômicas consideradas na delimitação do APL, optou-se por colocar nesta tabela somente aquelas que apresentaram saldo, seja positivo ou negativo. Para acessar todas as atividades econômicas da delimitação do APL, consultar o Anexo 1 deste trabalho.

A fim de melhor compreender a distribuição dos saldos no APL, foi organizada uma tabulação contendo os principais municípios e classes de atividade econômica em termos de concentração de tais saldos. Foram selecionados os quatro principais municípios e classes de atividade econômica, os dados seguem na Tabela 4. Como pode ser visto, os saldos dos municípios são concentrados em poucas atividades. Doutor Ricardo tem seu saldo fortemente concentrado em *Fabricação de Laticínios*. Encantado se divide basicamente em *Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis* e *Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais*. Roca Sales tem seu saldo concentrando em basicamente *Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais*. Estas atividades econômicas citadas acima são preponderantes nestes municípios, respondendo pela maior parte dos

saldos (positivos ou negativos). Interessante notar que, das quatro atividades selecionadas, três delas estão fortemente concentradas nos municípios selecionados, a única que tem pouca expressão nestes municípios é *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente*.

TABELA 4
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas e municípios selecionados
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Município	Atividade Econômica	2011	2012	2013
Anta Gorda	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	1	-2	2
	Fabricação de Laticínios	1	-5	0
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	0	0	0
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Subtotal	2	-7	2
	Total	3	-9	11
Doutor Ricardo	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	0	0	1
	Fabricação de Laticínios	5	5	14
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	0	0	1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Subtotal	5	5	16
	Total	6	1	20
Encantado	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	41	39	-10
	Fabricação de Laticínios	0	0	0
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	54	29	23
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Subtotal	95	68	13
	Total	123	66	19
Roca Sales	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	-26	-27	-34
	Fabricação de Laticínios	0	0	0
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	0	0	0
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	4
	Subtotal	-26	-27	-30
	Total	-18	-24	-33
APL	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	16	10	-41
	Fabricação de Laticínios	6	0	15
	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	53	31	24
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	10	-2	18
	Subtotal	85	39	16
	Total	130	26	21

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos destacam-se, em 2013, os estabelecimentos com até quatro vínculos, que apresentou saldo (23) maior do que o saldo total (21). Os estabelecimentos com 10 a 249 empregados, por sua vez, apresentaram saldos bastante semelhantes, com todas as faixas dentro deste intervalo com saldos próximos. O destaque negativo fica por conta dos estabelecimentos com 250 a 499 empregados, com saldo negativo de -34. Considerando os anos de 2011 e 2012, o principal destaque é o ganho de relevância dos

estabelecimentos com mais de 1.000 empregados, apresentando o maior saldo de 2011. Já os estabelecimentos com 500 a 999 empregados se destacam pelos saldos negativos. (Tabela 5).

TABELA 5
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Faixa de Tamanho do Estabelecimento	2011	2012	2013
Até 4	29	-7	23
De 5 a 9	9	17	-5
De 10 a 19	9	-5	10
De 20 a 49	45	-3	9
De 50 a 99	23	7	15
De 100 a 249	0	5	13
De 250 a 499	0	0	-34
De 500 a 999	-26	-27	0
1000 ou mais	41	39	-10
Total	130	26	21

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento segundo número de vínculos ativos.

Na Tabela 6 é apresentada uma tabulação das atividades econômicas com um indicador de CEI/CNPJ. Como o APL é voltado somente para a agroindústria familiar, realizou-se tal tabulação buscando contornar a limitação da base de dados do Caged de separar as atividades de agroindústria de outras atividades em geral. Contudo, está é somente uma aproximação que não permite retirar análises conclusivas. A título de exemplo, há as cooperativas, que tem cadastro no CNPJ, mas que realizam atividades rurais.

As atividades de *Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente*, *Cultivo de Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas Anteriormente*, *Criação de Bovinos e Criação de Animais não Especificados Anteriormente*, tipicamente rurais, possuem a totalidade de seu saldo em estabelecimentos matriculados no CEI. Já o *Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva*, *Criação de Suínos*, *Criação de Aves*, *Atividades de Apoio à Agricultura* e *Atividades de Apoio à Pecuária*, atividades também tipicamente rurais, obtiveram parte relevante do seu saldo em estabelecimentos matriculados no CNPJ. As demais atividades apresentaram a totalidade do seu saldo em estabelecimentos inscritos sob o CEI, mesmo aquelas que poderia se esperar que fossem de agroindústrias, como: *Fabricação de Conservas de Frutas*, *Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados*, *Fabricação de Farinha de Milho e Derivados*, *Exceto óleo de Milho*.

TABELA 6

Saldo de empregos formais, segundo tipo dos estabelecimentos e atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Atividade Econômica	CNPJ			CEI		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas						
Anteriormente	0	0	0	-1	0	-1
Cultivo de Frutas de Lavoura Permanente, Exceto Laranja e Uva	0	0	3	1	0	1
Cultivo de Plantas de Lavoura Permanente não Especificadas						
Anteriormente	0	0	0	0	-2	0
Criação de Bovinos	0	0	0	0	3	1
Criação de Suínos	3	6	0	-3	-9	-8
Criação de Aves	-8	-4	3	8	0	0
Criação de Animais não Especificados Anteriormente	0	0	0	1	-1	0
Atividades de Apoio à Agricultura	-1	0	2	-1	1	-2
Atividades de Apoio à Pecuária	-3	-8	1	0	0	1
Abate de Reses, Exceto Suínos	0	-1	0	0	0	0
Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	16	10	-41	0	0	0
Fabricação de Produtos de Carne	20	1	2	0	0	0
Fabricação de Conservas de Frutas	0	2	3	0	0	0
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	0	0	5	0	0	0
Fabricação de Laticínios	6	0	15	0	0	0
Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	53	31	24	0	0	0
Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados	2	1	1	0	0	0
Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, Exceto óleos de Milho	1	-2	0	0	0	0
Fabricação de Alimentos para Animais	-1	-1	-9	0	0	0
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-2	2	0	0	0
Fabricação de Produtos de Panificação	4	3	3	0	0	0
Fabricação de Biscoitos e Bolachas	6	5	0	0	0	0
Fabricação de Massas Alimentícias	7	-1	-3	0	0	0
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados						
Anteriormente	10	-2	18	0	0	0
Fabricação de Estruturas Metálicas	7	0	-6	0	0	0
Fabricação de Esquadrias de Metal	-1	0	1	0	0	0
Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	1	-1	5	0	0	0
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	-1	0	0	0	0	0
Instalação de Equipamentos não Especificados						
Anteriormente	3	-2	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais	1	-1	0	0	0	0
Total	125	34	29	5	-8	-8

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 25/02/2014
 Elaboração: DIEESE

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas

O saldo positivo de vagas no acumulado dos meses de janeiro e agosto de 2013 foi composto de forma preponderante pelas mulheres, que apresentaram saldo de 45 empregos frente ao saldo negativo de -24 vagas dos homens. Ao se comparar com os anos anteriores, percebe-se que não há padrão. Em 2012 o saldo negativo fica por conta das mulheres (-11) e os homens apresentam saldo

positivo de 37 vagas. Em 2011 ambos apresentam saldo positivo, em proporções semelhantes: 41,2% para as mulheres e 58,8% para os homens. (Tabela 6). Em relação ao Boletim anterior, percebe-se situação semelhante no tocante à distribuição dos saldos entre homens e mulheres.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores, há pouco destaque. Em 2013 os trabalhadores com 6^a a 9^a série do ensino fundamental apresentaram o maior saldo (12), seguidos por ensino médio incompleto (9). Já nos anos anteriores há uma concentração maior dos saldos. Em 2012, ensino médio incompleto e completo foram os principais responsáveis e em 2011 os saldos estão concentrados nos trabalhadores com 6^a a 9^a série do ensino fundamental e ensino médio incompleto. Situação bastante diversa ocorre no Boletim anterior, onde há uma distribuição homogênea dos saldos.

No que se refere à faixa etária dos trabalhadores, o saldo de 2013 revela uma concentração de novas vagas para trabalhadores com até 17 anos¹⁴ (sendo que o saldo desta faixa superou o saldo total) e 18 a 24 anos. As demais faixas etárias não apresentam grande relevância. Frente a esta situação, optou-se por tabular os saldos dos trabalhadores para os meses de setembro a novembro de 2013 por faixa etária utilizando um indicador de menor aprendiz, constante no Anexo 3, para descobrir qual a participação dos menores aprendizes no total das contratações dos trabalhadores com até 17 anos. Como os dados mostram, 69,2% do total do saldo dos trabalhadores com até 17 anos se referem a aprendizes¹⁵. Já para 2012, mudam as faixas de concentração dos saldos, sendo os trabalhadores com 25 a 39 anos os principais responsáveis pelo saldo positivo. Já 2013, a concentração é semelhante a 2011 (Tabela 7). No Boletim anterior encontravam-se dados com distribuição mais homogênea, situação diferente da encontrada na atual análise.

¹⁴ A faixa etária mínima ao ingresso no mercado de trabalho formal brasileiro é 16 anos, conforme CLT artigo 403, no entanto, de acordo com a Lei 10.097 de 2000 (Lei da Aprendizagem) os jovens com 14 anos ou mais, podem ser empregados na modalidade de aprendiz.

¹⁵ Tal situação se deve, provavelmente, à abertura de um programa de aprendizagem pela empresa Dalia Alimentos, situada em Encantado < <http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/dalia-alimentos-lanca-escola-do-leite-e-anuncia-inicio-das-aulas-para-outubro/> >

TABELA 7
Saldo de empregos formais segundo características do trabalhador
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Características do Trabalhador	2011	2012	2013
Masculino	54	37	-24
Feminino	76	-11	45
Analfabeto	-1	1	1
Até 5ª Incompleto	1	-8	-3
5ª Completo Fundamental	-1	-4	1
6ª a 9ª Fundamental	46	-11	12
Fundamental Completo	27	-2	1
Médio Incompleto	48	16	9
Médio Completo	15	24	-9
Superior Incompleto	-2	6	3
Superior Completo	-3	4	6
Até 17	33	4	26
18 a 24	47	-4	13
25 a 29	5	18	-8
30 a 39	23	10	-1
40 a 49	13	8	-5
50 a 64	9	-9	-5
65 ou mais	0	-1	1
Total	130	26	21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014
 Elaboração: DIEESE

Em relação às famílias ocupacionais com maior participação no saldo positivo de vagas em 2013 há pouco destaque (Tabela 8). Os *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos e Padeiros, Confeiteiros e Afins* são as duas atividades que se destacam das demais em 2013, com saldo de 19 e 23 novos empregos cada. Em relação aos saldos negativos, nenhum destaque; a distribuição é bastante semelhante. Em relação aos anos anteriores, ao passo que *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos* perdem espaço e relevância nos saldos, os *Padeiros, Confeiteiros e Afins* ganham destaque, com o maior saldo para estes dois anos. As famílias ocupacionais com os menores saldos apresentam participações relativas muito semelhantes, com distribuição quase homogênea, sendo assim, não há nenhuma família com destaque.

Em relação aos meses de janeiro a agosto, analisados no Boletim anterior, chama atenção as diferenças de desempenho de algumas atividades. *Padeiros, Confeiteiros e Afins*, responsáveis por saldos de grande magnitude para os meses de setembro a novembro, apresentou os maiores saldos negativos para o Boletim anterior. *Magarefes e afins*, com saldo negativo para 2013, apresentou saldos positivos de grande magnitude no outro Boletim, figurando entre as principais famílias

ocupacionais. Já os *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos* mantém desempenho semelhante.

TABELA 8
Saldo das famílias ocupacionais⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Família Ocupacional	2011	2012	2013
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	21	6	19
Padeiros, Confeiteiros e Afins	59	24	12
Trabalhadores Artesanais na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins	7	5	6
Cozinheiros	2	2	5
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	-2	-5	5
Trabalhadores na Pecuária de Pequeno Porte	0	-10	4
Operadores de Máquinas de Conformação de Metais	0	8	4
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	0	3	3
Nutricionistas	0	0	2
Técnicos de Laboratório Industrial	-2	-1	2
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	85	32	62
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	-2	-6	-9
Magarefes e Afins	19	12	-7
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	-4	1	-5
Trabalhadores de Manutenção de Rodeadeiras, Motoserras e Similares	0	1	-3
Alimentadores de Linhas de Produção	0	-15	-3
Trabalhadores de Soldagem e Corte de Metais e de Compósitos	2	3	-3
Produtores em Pecuária de Médio Porte	6	8	-3
Trabalhadores Artesanais na Conservação de Alimentos	7	13	-2
Trabalhadores na Pasteurização do Leite e na Fabricação de Laticínios e Afins	2	-1	-2
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	3	2	-2
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	33	18	-39
Saldo das demais Famílias ocupacionais	12	-24	-2
Total	130	26	21

Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 27/01/2014

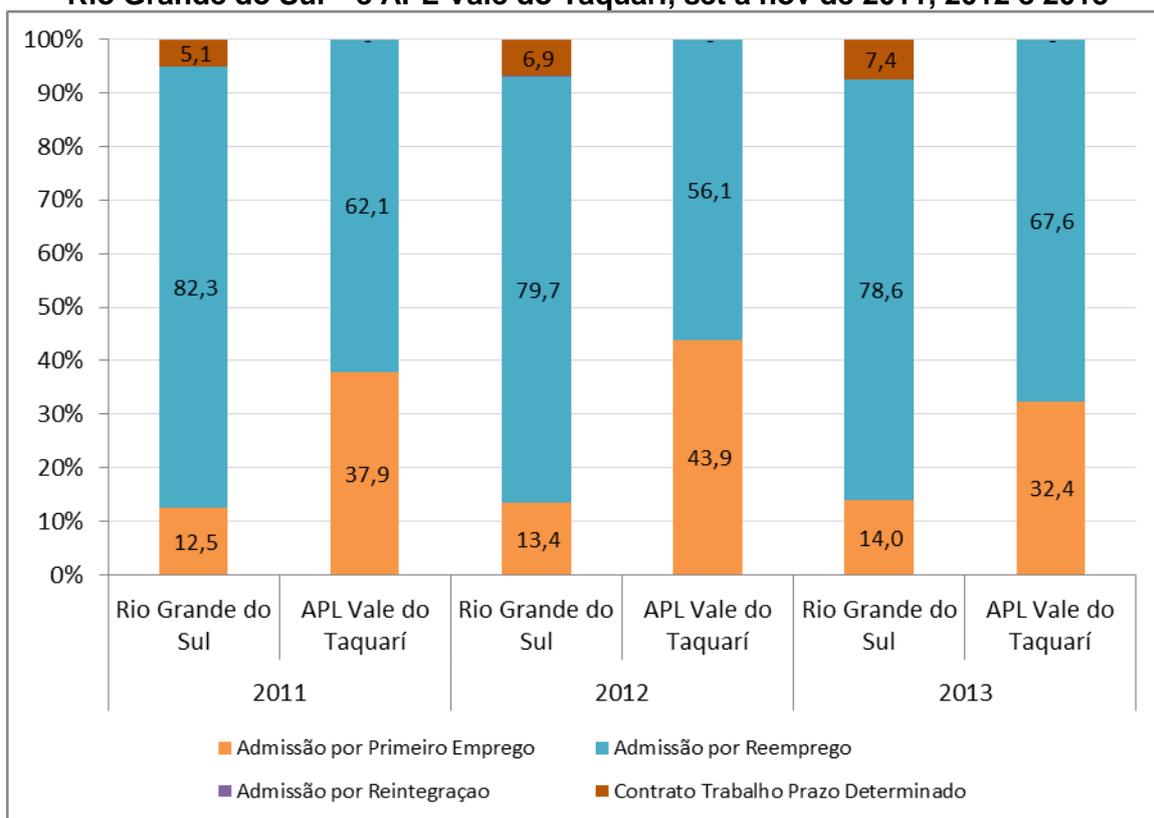
Elaboração: DIEESE

(1) Para obter a descrição sumária das atividades desenvolvidas por cada uma das Famílias ocupacionais apresentadas, bem como, a formação e experiência exigida para exercer as respectivas atividades conforme Código Brasileiro de Ocupações vide o Glossário de Famílias Ocupacionais no final deste relatório.

Os admitidos por Reemprego representam em 2013 67,6% das contratações no APL, enquanto as admissões por primeiro emprego totalizaram 32,4%. Em comparação com as admissões ocorridas no estado em 2013 (naquelas atividades econômicas que compõem o APL excluídos o território do Arranjo), chama atenção que no APL as oportunidades para o primeiro emprego são mais evidentes do que nas mesmas atividades em outros territórios do estado (32,4% contra 14,0% em 2013), comportamento verificado em todos os anos analisados. Esta situação é bastante semelhante à encontrada no Boletim anterior (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Distribuição das admissões segundo o tipo de admissão (%)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 27/01/2014

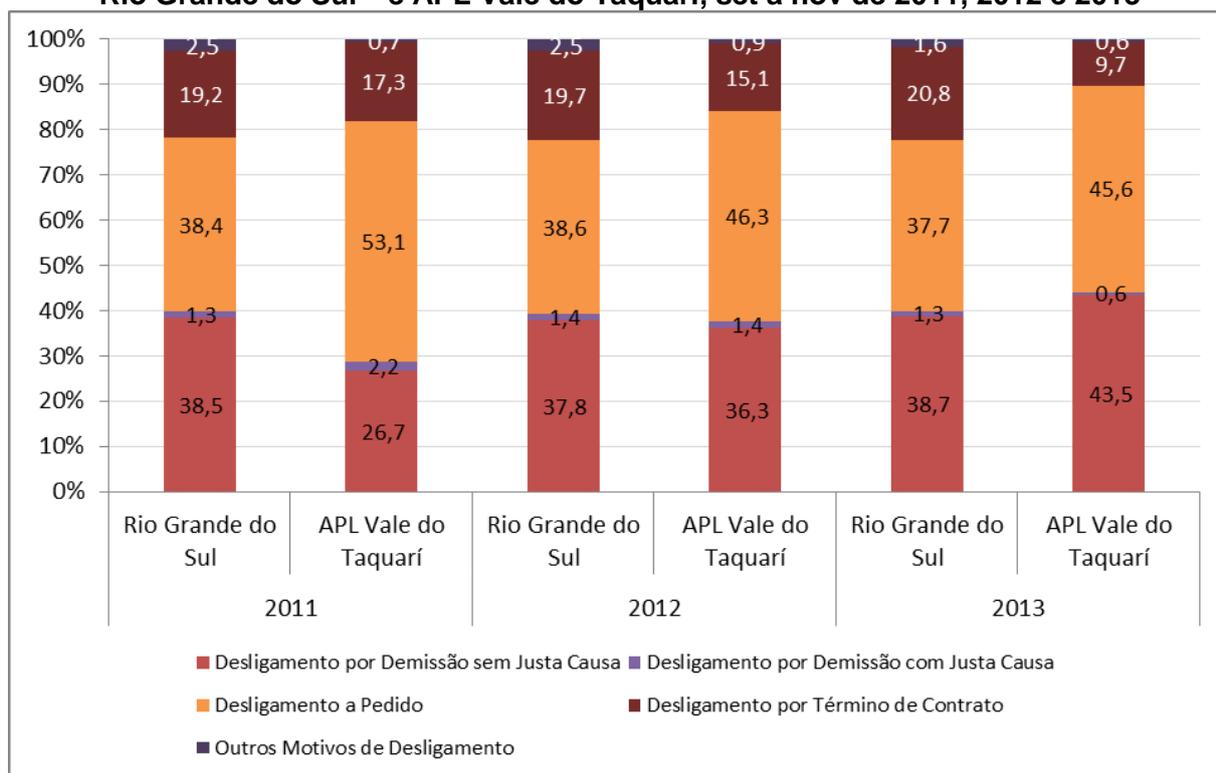
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No que se referem aos desligamentos, Demissão sem justa causa e Desligamento a pedido respondem por quase a totalidade. De setembro a novembro de 2013 a primeira modalidade respondeu por 43,5% dos desligamentos e a segunda por 45,6%. Em comparação com o Estado, percebe-se grande semelhança. A principal diferença fica por conta da maior participação dos Desligamentos a pedido no APL e dos Desligamentos por término de contrato no Estado. O quadro deste Boletim apresenta grandes semelhanças com o anterior, o único ponto dessemelhante que cabe citar é que no Boletim anterior as modalidades de demissão apresentavam distribuição ainda mais próxima para Estado e APL (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Distribuição dos desligamentos segundo o tipo de desligamento (%)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

Quanto ao tempo de permanência, 51,7% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 34,9% não ultrapassaram seis meses e 16,5% deles foram desligados antes de completar três meses de trabalho. Para as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, percebe-se que o tempo de permanência do trabalhador é significativamente menor. Uma parcela de 69,0% sai antes do primeiro ano, 52,2% antes de seis meses e 31,8% antes de três meses (Tabela 9). Em comparação ao mesmo período dos anos anteriores, se observa que o tempo de permanência no APL vem aumentando constantemente, principalmente devido à diminuição de desligamentos de trabalhadores com menos de seis meses de emprego. Já para as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul a situação se mantém, com pouca diferença. Comparando os dados com o Boletim anterior, percebem-se poucas diferenças, tanto para o APL quanto para o Estado. A situação se mantém entre os meses de janeiro a agosto e setembro a novembro com poucas mudanças.

TABELA 9

Distribuição dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego (%)
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Faixa Tempo Emprego (em meses)	2011		2012		2013	
	Rio Grande do Sul	APL Vale do Taquari	Rio Grande do Sul	APL Vale do Taquari	Rio Grande do Sul	APL Vale do Taquari
1,0 a 2,9	32,0	27,1	33,1	23,4	31,8	16,5
3,0 a 5,9	20,8	19,5	18,9	21,4	20,4	18,4
6,0 a 11,9	17,6	17,5	16,4	16,9	16,8	16,8
12,0 a 23,9	12,6	13,7	13,8	13,1	12,7	16,5
24,0 a 35,9	5,5	7,3	6,4	8,3	6,4	11,5
36,0 a 59,9	5,8	5,6	5,5	8,6	5,4	8,7
60,0 a 119,9	3,6	6,3	3,9	6,8	4,4	5,9
120,0 ou Mais	2,0	3,0	2,1	1,5	2,2	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

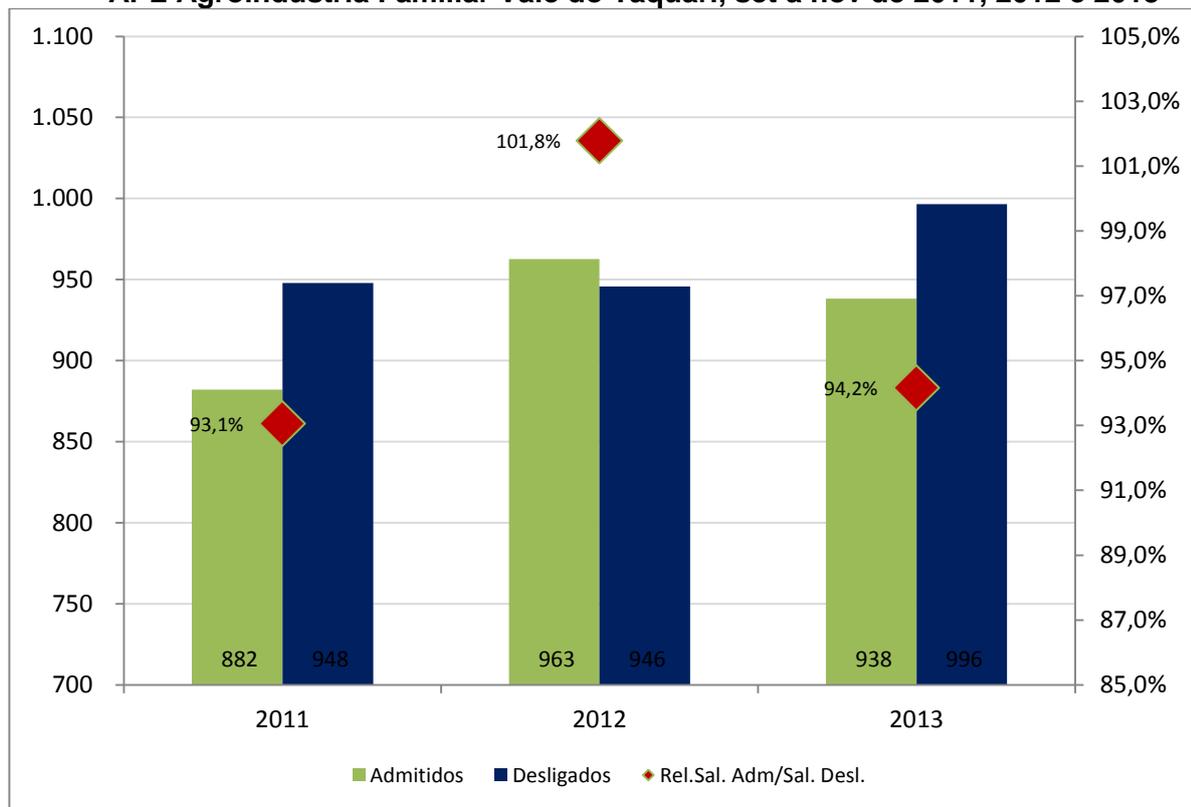
(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

O salário médio - do período de setembro a novembro de 2013- dos desligados foi de R\$ 996 e o dos admitidos R\$ 938, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 94,2% do salário médio do trabalhador desligado. Interessante notar que em relação à evolução do salário real de admissão, há aumento de 2011 para 2012 e redução de 2012 para 2013, situação atípica. Do outro lado, para os salários de desligamento, há estagnação entre 2011 e 2012 e crescimento deste ano para 2013. Sendo assim, considerando a diferença entre os salários dos admitidos e desligados, há uma situação interessante. O salário dos admitidos equivalia a 93,1% em 2011, e devido à evolução dos salários reais de desligamento e admissão de 2011 para 2012, o salário dos admitidos supera o dos desligados, passando a equivaler a 101,8% deste último. Em 2013 com o avanço do salário dos desligados, a relação para a ser de 94,2% (Gráfico 3). Além do mais, o quadro deste Boletim se assemelha sobremaneira ao do Boletim anterior.

GRÁFICO 3

Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento (em R\$) ⁽¹⁾

APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

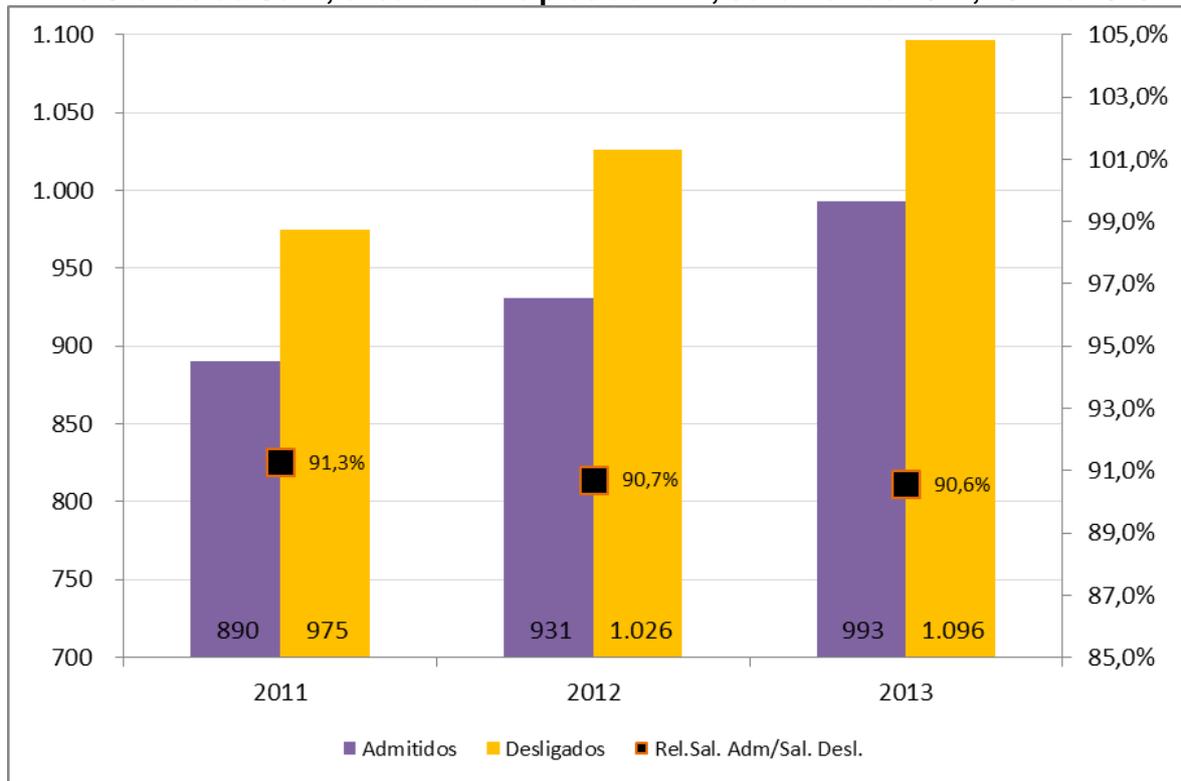
APL

Considerando agora aquelas mesmas atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL) observa-se que, a média salarial em 2013 foi igual a R\$ 1.096 entre os desligados e R\$ 996 para os admitidos. Tanto para os admitidos quanto para os desligados, identifica-se crescimento (aumento real) em comparação com os anos anteriores – diferente do que se observou no APL. A relação dos salários de admissão/desligamento em 2011 correspondia a 91,3% em 2013 passou para 90,6%. Sendo assim, percebe-se que os salários dos desligados cresceram mais rapidamente que o dos admitidos. Já comparando os salários do APL e do Estado, percebe-se que os salários deste foram, via de regra, superiores aos do APL. A única exceção ocorre para o salário dos admitidos em 2012 (Gráfico 4). Novamente há grande semelhança entre os meses de janeiro a agosto e de setembro a novembro: a única diferença fica por conta da evolução dos salários do Estado. Para os meses de janeiro a agosto o salário dos desligados cresceu mais rápido do que o dos admitidos, reduzindo o hiato entre ambos, situação oposta à encontrada no Boletim atual.

GRÁFICO 4

Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento (em R\$)⁽²⁾

Rio Grande do Sul⁽¹⁾, exceto municípios do APL, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Considerando apenas as atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que compõem o APL.

(2) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI NO APL VALE DO TAQUARI

Atualmente, o APL do Vale do Taquari conta com um total de 46 Microempreendedores, concentrados nos municípios de Encantado e Roca Sales, que respondem respectivamente por 15 e 13 MEIs, ou seja 32,6% e 28,3% do total. Cabe ainda citar Anta Gorda, que possui relevância para o total com 7 MEIs, 15,2% do total (Tabela 10). Assim como esperado, os municípios com maior participação, em termos de número de estabelecimentos e empregos no APL foram também aqueles com maior participação no número de MEIs. Outro dado relevante é a participação dos MEIs do APL no total de MEIs no território, uma vez que esses representam apenas 4,5% dos MEIs do território.

TABELA 10
Número de Microempreendedores Individuais segundo municípios do APL
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, 2014

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) - APL	Participação do APL no total (%) [B/A]
Anta Gorda	56	7	15,2	12,5
Arvorezinha	183	0	0,0	0,0
Coqueiro Baixo	18	0	0,0	0,0
Dois Lajeados	17	0	0,0	0,0
Doutor Ricardo	19	0	0,0	0,0
Encantado	397	15	32,6	3,8
Ilópolis	92	3	6,5	3,3
Muçum	31	2	4,3	6,5
Nova Bréscia	20	2	4,3	10,0
Putinga	49	1	2,2	2,0
Relvado	6	1	2,2	16,7
Roca Sales	123	13	28,3	10,6
Vespasiano Corrêa	8	2	4,3	25,0
Total	1.019	46	100,0	4,5

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 04/02/2014
 Elaboração: DIEESE.

No tocante à distribuição dos empreendedores individuais segundo atividade econômica (Tabela 11) a concentração é semelhante. Do total de 46 MEIs do APL, 12 (26,1%) estão concentrados na atividade de *Fabricação de produtos de panificação* e 10 (21,7%) em *Fabricação de massas alimentícias*. As demais atividades não apresentam concentração significativa. Interessante notar que ao contrário do ocorrido na distribuição por municípios, na distribuição por atividades econômicas, duas atividades (*Fabricação de produtos de panificação* e *Fabricação de massas alimentícias*) que são pouco representativas em termos de emprego e estabelecimentos formais, apareceram com maior expressão no número de MEIs. Da mesma forma, atividades com expressão no emprego e nos estabelecimentos apareceram com pouca ou nenhuma relevância nos MEIs, como *Abate de suínos, aves e outros pequenos animais* e *Fabricação de sorvetes e outros gelados*

comestíveis. Isto se deve, provavelmente, à natureza destas atividades que demandam maior aplicação em máquinas, equipamentos e instalações.

TABELA 11
Microempreendedores Individuais segundo atividades econômicas que compõem o APL
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, 2014

Atividade econômica	Microempreendedores Individuais - Total	Participação no total (%)
Fabricação de produtos de carne	2	4,3
Fabricação de sucos de frutas	1	2,2
Fabricação de laticínios, hortaliças e legumes	1	2,2
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	2,2
Fabricação de farinha de milho e derivados	1	2,2
Fabricação de açúcar em bruto	1	2,2
Fabricação de produtos de panificação	12	26,1
Fabricação de biscoitos e bolachas	3	6,5
Fabricação de massas alimentícias	10	21,7
Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	2	4,3
Fabricação de esquadrias de metal	5	10,9
Instalação de máquinas e equipamentos industriais	2	4,3
Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	5	10,9
Total	46	100,0

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 04/02/2014

Elaboração: DIEESE.

(1) Devido à grande quantidade de atividades econômicas consideradas na delimitação do APL, optou-se por colocar nesta tabela somente aquelas que apresentaram algum microempreendedor individual. Para acessar todas as atividades econômicas da delimitação do APL, consultar o Anexo 1 deste trabalho.

3. DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Nesta seção, se analisa o desempenho das exportações do APL, separando-as por município e CNAE. Assim como na seção do mercado de trabalho, os dados se referem aos meses de setembro, outubro e novembro de 2013.

Como pode ser visto, há crescimento constante nas exportações entre 2011 e 2013. Encantado, na média dos três anos, é o principal município exportador, sendo que em 2011 é o único e em 2012 responde por 99,1% do total. Já em 2013, Roca Sales aparece também como exportador o que faz com que Encantado se torne o segundo maior município em exportações, com 36,3% do total. Interessante notar que em 2013, apesar do crescimento das exportações por conta de Roca Sales, Encantado tem queda no valor absoluto de suas exportações (Tabela 12).

TABELA 12
Valor exportado (US\$ FOB) segundo municípios
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Município	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
Anta Gorda	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Arvorezinha	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Coqueiro Baixo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Dois Lajeados	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Doutor Ricardo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Encantado	5.473.451	100,0	5.650.980	99,1	3.642.235	36,3
Ilópolis	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Muçum	0	0,0	52.893	0,9	0	0,0
Nova Bréscia	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Putinga	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Relvado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Roca Sales	0	0,0	0	0,0	6.402.500	63,7
Vespasiano Correa	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	5.473.451	100,0	5.703.873	100,0	10.044.735	100,0

Fonte: AliceWeb. Consulta realizada em 15/01/2014

Elaboração: DIEESE.

Em relação às exportações por atividade econômica - conforme Tabela 13 abaixo - há também enorme concentração em algumas poucas atividades econômicas. *Abate de suínos, aves e outros pequenos animais* respondem, por 96,1% do valor exportado em 2013, situação que pouco muda para os outros anos. Além do mais, somente três atividades apresentam exportações no período, todas voltadas à alimentação carnívora.

TABELA 13

**Valor exportado (US\$ FOB) segundo classes de atividade econômica
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2011, 2012 e 2013**

Atividade Econômica	2011 Participação (%)		2012 Participação (%)		2013 Participação (%)	
Abate de reses, exceto suínos	282.492	5,2	52.893	0,9	0	0,0
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	5.190.959	94,8	5.650.980	99,0	9.655.980	96,1
Fabricação de produtos de carne	0	0,0	0	0,0	388.755	3,9
Total	5.475.462	100,0	5.705.885	100,0	10.046.748	100,0

Fonte: AliceWeb. Consulta realizada em 13/01/2014.

Elaboração: DIEESE.

(1) Devido à grande quantidade de atividades econômicas consideradas na delimitação do APL, optou-se por colocar nesta tabela somente aquelas que apresentaram algum microempreendedor individual. Para acessar todas as atividades econômicas da delimitação do APL, consultar o Anexo 1 deste trabalho.

As agroindústrias familiares rurais emergem de iniciativas dos agricultores familiares e empreendedores familiares, somado aos esforços do poder público, para fazer frente ao quadro de exclusão social, produtiva e econômica. A propriedade comumente é do próprio agricultor familiar, individualmente ou em grupo, que também dirige o processo produtivo, utilizando a mão de obra familiar complementado pelo trabalho assalariado. A agricultura familiar tem um papel fundamental na geração de emprego e renda no campo, se destacando como um dos setores que mais ocupam mão de obra na economia brasileira (DIEESE, 2012). Além do mais, é expressivo o resultado na produção de alimentos.

Ademais, a necessidade de valorização desses trabalhadores decorre de um enfrentamento a um processo econômico mundial de valorização de intermediários e desvalorização do produtor. As políticas públicas de incentivo, entre elas aquelas voltadas aos Arranjos Produtivos Locais, devem imbuir ações que contribuem para tais enfrentamentos.

A partir das análises dos saldos de emprego do período de setembro a novembro de 2013 em comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, notou-se uma queda no saldo de empregos do APL ao longo dos três anos. Esta queda se deveu principalmente ao município de Encantado, com diminuição dos saldos positivos, e Roca Sales, com aumento, em magnitude, dos saldos negativos. Em relação às atividades, chama atenção *Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis* com diminuição constante de seus saldos positivos ao longo dos três anos, além de *Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais*. Além do mais, nenhuma atividade apresenta crescimento importante ao longo dos três anos. Contudo, *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* apresenta importante crescimento entre 2012 e 2013. Em relação ao tamanho dos estabelecimentos, chama atenção aqueles com até 4 trabalhadores, pelos saldos positivos em 2013.

Em relação aos atributos dos trabalhadores, em 2013, as mulheres foram as principais responsáveis pelo saldo positivo. Contudo, ao se analisar os três anos, percebe-se que há grande volatilidade no saldo dos sexos. Já para a escolaridade, em 2013 trabalhadores com 6ª a 9ª série do ensino fundamental são os principais responsáveis pelo saldo, apesar de que nos anos de 2011 e 2012 este posto caber aos trabalhadores com Ensino Médio Completo e Incompleto. Levando em conta a idade, o saldo positivo em 2013 se deve aos trabalhadores com até 17 anos, que em grande parte (69,2%) são aprendizes. Nos outros anos há grande dispersão dos saldos entre as faixas etárias.

Tratando das ocupações, os *Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos e Padeiros, Confeiteiros e Afins* respondem pela maior parte do saldo em 2013. A primeira atividade, contudo, tem desempenho menos significativo para os outros anos. Já *Padeiros, Confeiteiros e Afins* responde pelos maiores saldos em 2011 e 2012. Quanto às demais atividades, não se encontra nenhum destaque.

Em relação às admissões em 2013, os admitidos por Reemprego foram responsáveis por 67,6% das contratações no APL, enquanto as admissões por Primeiro emprego totalizaram 32,4%. Além do mais, no APL as oportunidades para o primeiro emprego são mais evidentes do que nas mesmas atividades em outros territórios do Estado. Em relação aos desligamentos, Demissão sem justa causa respondeu por 43,5% e Desligamento a pedido respondem por 45,6%. Em comparação com o Estado, percebe-se grande semelhança; a principal diferença fica por conta da maior participação dos Desligamentos a pedido no APL e dos Desligamentos por término de contrato no Estado.

Tratando do tempo de permanência, 51,7% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 34,9% não ultrapassaram seis meses e 16,5% deles foram desligados antes de completar três meses de trabalho. Em comparação com o Estado, percebe-se que o APL tem tempo médio de permanência superior.

O salário médio - do período de setembro a novembro de 2013 - dos desligados foi de R\$ 996 e o dos admitidos R\$ 938, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 94,2% do salário médio do trabalhador desligado. A evolução do salário real de admissão apresenta aumento de 2011 para 2012 e redução de 2012 para 2013, situação atípica. Do outro lado, para os salários de desligamento, há estagnação entre 2011 e 2012 e crescimento deste ano para 2013.

Os Microempreendedores Individuais no APL aumentaram de 38 para 46 na comparação do Boletim anterior para com o atual. Estão concentrados basicamente em Encantado e Roca Sales e nas atividades de *Fabricação de produtos de panificação e Fabricação de massas alimentícias*.

As exportações do APL também se encontram concentradas em Encantado e Roca Sales, com quase a totalidade dos saldos na atividade de *Abate de suínos, aves e outros pequenos animais*.

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul**. Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIBEIRO, F.; POURCHET, H. Reflexões sobre exportações e desempenho da indústria com base nos coeficientes de comércio exterior. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, n. 107, jan/mar 2011. Disponível em: <http://www.funce.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/107_FJRHP.pdf>. Acesso em: 18/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização

das informações econômicas em âmbito internacional.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

Domicílio fiscal: Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local da sede de qualquer dos seus estabelecimentos. É no município onde está situado seu domicílio fiscal que a empresa recolhe seus tributos.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

NCM (Nomenclatura comum do Mercosul): É um método de classificação/agrupação de mercadorias baseado no *Harmonized System* – HS, método internacional de classificação que contém uma estrutura de códigos com a descrição de características específicas das mercadorias, como: origem, materiais utilizados e aplicação. Dos oito dígitos que compõem o NCM, os seis primeiros são oriundos do HS. Qualquer mercadoria, importada ou exportada, no Brasil, deve ter um código NCM na sua documentação legal. A NCM foi adotada em janeiro de 1995 pelos países do Mercosul.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Varição percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS

Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco): Recebem valores de vendas de produtos e serviços; controlam numerários e valores; atendem o público em agência postal na recepção e entregam objetos postais; recebem contas e tributos e processam remessa e pagamento de numerários por meio postal; vendem bilhetes e ingressos em locais de diversão; processam a arrecadação de prestação de serviço nas estradas de rodagem; vendem bilhetes no transporte urbano e interurbano; fazem reserva e emissão de passagens aéreas e terrestres; prestam informações ao público, tais como itinerários, horários, preços, locais, duração de espetáculos, viagens, promoções e eventos, etc. Preenchem formulários e relatórios administrativos. Formação e Experiência: As ocupações dessa família requerem formação inicial equivalente ao ensino fundamental completo para o operador de caixa, ensino médio incompleto para o bilheteiro no serviço de diversão e ensino médio completo para os demais. É na prática, exercitando o trabalho, que o trabalhador completará sua formação. Em algumas ocupações é difícil encontrar um profissional com mais de cinco anos de experiência, como, por exemplo, os bilheteiros no serviço de diversão, onde a mão-de-obra empregada é predominantemente de jovens em seu primeiro emprego, o que implica em altas taxas de rotatividade.

Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo: Coordenam atividades de operação de sistemas de televisão e produtoras de vídeo, nas fases de planejamento e execução, gerenciando recursos humanos, financeiros e uso dos equipamentos. Produzem eventos externos, manipulam áudio e vídeo; dirigem e capturam imagens, bem como realizam atividades de tratamento de áudio. Inserem caracteres, créditos e artes nos produtos gravados. Preparam estúdio de TV e produtoras de vídeo e executam roteiro de programação. Administram tráfego de sinal e monitoram transmissão e recepção de sinais de TV. Formação e experiência: O exercício dessas ocupações requer curso técnico de nível médio na área de rádio e televisão. O desempenho pleno das atividades ocorre com mais de cinco anos de experiência (supervisor técnico), após três ou quatro anos (técnico em operação de equipamento de exibição de TV e técnico em equipamentos de transmissão-recepção de TV), após um ou dois anos (técnico em operação de equipamento de produção para TV e produtora de vídeo). A complementação da formação técnica ocorre na própria emissora ou empresa, visto que há um estreito relacionamento entre a operação e o tipo de tecnologia dos equipamentos. Nas grandes emissoras há um grau de especialização mais acentuado que nas emissoras menores.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Operadores de Equipamentos de Movimentação de Cargas: Preparam movimentação de carga e a movimentam. Organizam carga, interpretando simbologia das embalagens, armazenando de acordo com o prazo de validade do produto, identificando características da carga para transporte e armazenamento e separando carga não-conforme. Realizam manutenções previstas em equipamentos para movimentação de cargas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com até um ano de experiência profissional.

Profissionais do Jornalismo: Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer formação em jornalismo.

Técnicos em Operação e Monitoração de Computadores: Operam sistemas de computadores e microcomputadores, monitorando o desempenho dos aplicativos, recursos de entrada e saída de dados, recursos de armazenamento de dados, registros de erros, consumo da unidade central de processamento (cpu), recursos de rede e disponibilidade dos aplicativos. Asseguram o funcionamento do hardware e do software; garantem a segurança das informações, por meio de cópias de segurança e armazenando-as em local prescrito, verificando acesso lógico de usuário e destruindo informações sigilosas descartadas. Atendem clientes e usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; inspecionam o ambiente físico para segurança no trabalho. Formação e Experiência: Para operar plataformas de grande porte (mainframe) e para o técnico de apoio ao usuário de informática (exclusive provedores de internet), o requisito mínimo é o segundo grau completo. Em ambientes de rede e supercomputadores há superqualificação, com requerimentos que variam de nível superior a pós-graduação em informática. O pleno exercício das atividades requer entre três e quatro anos, acompanhados de formação contínua.

Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers: Atendem os clientes, recepcionando-os e servindo refeições e bebidas em restaurantes, bares, clubes, cantinas, hotéis, eventos e hospitais; montam e desmontam praças, carrinhos, mesas, balcões e bares; organizam, conferem e controlam materiais de trabalho, bebidas e alimentos, listas de espera, a limpeza e higiene e a segurança do local de trabalho; preparam alimentos e bebidas, realizando também serviços de vinhos. Formação e Experiência: Para o acesso ao trabalho nessa família ocupacional é exigido, no mínimo, o ensino fundamental incompleto e até um ano de experiência. A formação profissional ocorre com a prática no local de trabalho ou em cursos profissionalizantes. O trabalhador tem a possibilidade de ascender na carreira, iniciando como ajudante ou auxiliar, podendo atingir a ocupação de maître (família ocupacional 5101). O sommelier, para o qual é requerido o ensino médio, necessita de especialização e experiência de um a dois anos. O mercado de trabalho tende a aumentar a exigência do nível de qualificação e profissionalização desses trabalhadores.

Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas: Elaboram planos estratégicos das áreas de comercialização, marketing e comunicação para empresas agroindustriais, industriais, de comercialização e serviços em geral; implementam atividades e coordenam sua execução; assessoram a diretoria e setores da empresa. Na área de atuação, gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e financeiros e promovem condições de segurança, saúde, preservação ambiental e qualidade. Formação e experiência: Essas ocupações são exercidas por profissionais com escolaridade de nível superior, do ensino regular ou cursos superiores de tecnologia (tecnólogos). O tempo requerido para o exercício pleno das funções é de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Porteiros, Guardas e Vigias: Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações requer ensino fundamental. Os hotéis e as empresas de vigilância oferecem treinamentos ou recrutam os trabalhadores no mercado de trabalho e em instituições de formação profissional.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados: Vendem mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha. Registram entrada e saída de mercadorias. Promovem a venda de mercadorias, demonstrando seu funcionamento, oferecendo-as para degustação ou distribuindo amostras das mesmas. Informam sobre suas qualidades e vantagens de aquisição. Expõem mercadorias de forma atrativa, em pontos estratégicos de vendas, com etiquetas de preço. Prestam serviços aos clientes, tais como troca de mercadorias; abastecimento de veículos; aplicação de injeção e outros serviços correlatos. Fazem inventário de mercadorias para reposição. Elaboram relatórios de vendas, de promoções, de demonstrações e de pesquisa de preços. Formação e Experiência: Em geral, para o exercício das ocupações de atendente de farmácia, demonstrador de mercadorias, promotor de vendas, repositor de mercadorias, vendedor de comércio varejista e vendedor atacadista, requer-se do ensino fundamental ao ensino médio, podendo o mesmo variar de acordo com a ocupação, e quarta série do ensino fundamental para frentista. O tempo médio para o desempenho profissional é heterogêneo: três a quatro anos para vendedores, um a dois anos para atendente de farmácia e menos de um ano para as demais ocupações.

Mecânicos de Manutenção de Máquinas Industriais: Realizam manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industriais; planejam atividades de manutenção; avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade e preservação ambiental e trabalham de acordo com normas de segurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio, acrescida de cursos básicos de qualificação, com mais de quatrocentas horas/aula. O exercício pleno das atividades ocorre após um período de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Técnicos em Operação de Aparelhos de Sonorização: Configuram, operam e monitoram sistemas de sonorização e gravação; editam, misturam, pré-masterizam e restauram registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, etc. Criam projetos de sistemas de sonorização e gravação. Preparam, instalam e desinstalam equipamentos de áudio e acessórios. Formação e Experiência: Requer-se formação pós-secundária e cursos de especialização para projetista de sistema de áudio e desenhista de som, ou prática equivalente, formação de nível médio e especialização de até quatrocentas horas/aula para os demais profissionais. Os requisitos de escolaridade de microfonista e técnico de instalação podem ser menores. O pleno desempenho das atividades dos técnicos de gravação de áudio ocorre após um ou dois anos; a dos projetistas de áudio e dos desenhistas de som, após cinco anos de experiência.

Locutores, Comentaristas e Repórteres de Rádio e Televisão: Apresentam programas de rádio e televisão, ancorando programas, nos quais interpretam o conteúdo da apresentação, noticiam fatos, leem textos no ar, redigem a notícia, narram eventos esportivos e culturais, tecem comentários sobre os mesmos e fazem a locução de anúncios publicitários; entrevistam pessoas; anunciam programação; preparam conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público alvo; atuam em rádio, televisão e eventos, bem como em mídias alternativas como cinema e internet. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer curso superior, sendo atualmente, a locução de rádio e TV, principalmente de programas jornalísticos, uma atividade desempenhada por profissionais com formação em Jornalismo. No caso específico de locutores, apenas os profissionais com formação em Jornalismo podem redigir e comentar a notícia, em função da legislação e regulamentação da profissão. Portanto, os locutores sem formação em Jornalismo foram sendo gradualmente substituídos nos noticiários de rádio e TV. No caso dos Comentaristas esportivos, não é obrigatória a formação em Jornalismo, sendo frequente ex-jogadores e técnicos comentarem os eventos. Quando necessário também se habilitam como radialistas, fazendo cursos de locução de até duzentas horas/ aula ou de radialista em nível técnico e superior. Varia de um a dois anos a experiência profissional para os locutores e narradores de rádio e televisão, de quatro a cinco anos para o locutor publicitário de rádio e TV e mais de cinco para o comentarista e âncora de rádio e TV para o pleno desempenho das atividades.

Trabalhadores da Pré-Impressão Gráfica: Planejam serviços de pré-impressão gráfica. Realizam programação visual gráfica e editoram textos e imagens. Operam processos de tratamento de imagem, montam fotolitos e imposição eletrônica. Operam sistemas de prova e copiam chapas. Gravam matrizes para rotogravura, flexografia, calcografia e serigrafia. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio concluído e curso de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula, ministrado por instituições ou escolas especializadas na área. O pleno desempenho das atividades ocorre até um ano de experiência profissional.

Desenhistas Industriais (Designers), Escultores, Pintores e Afins: Concebem e desenvolvem obras de arte e projetos de design, elaboram e executam projetos de restauração e conservação preventiva de bens culturais móveis e integrados. Para tanto realizam pesquisas, elaboram propostas e divulgam suas obras de arte, produtos e serviços. Formação e Experiência: A formação requerida para os desenhistas industriais de produto, gráficos e de produto de moda, também conhecidos como designers, é o curso superior de Tecnologia na área ou bacharelado. No caso dos artistas visuais e dos conservadores-restauradores, a escolaridade não é requisito imprescindível. Há também profissionais de notório saber. Registra-se tendência de profissionalização na área das artes, sendo desejável qualificação formal ou informal. O desempenho pleno das atividades, para os artistas visuais, conservadores-restauradores, desenhistas industriais de produto e desenhistas industriais gráficos, ocorre com cinco anos de experiência profissional, enquanto que para os desenhistas industriais de produto de moda ocorre entre três e quatro anos.

Analistas de Sistemas Computacionais: Desenvolvem e implantam sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade dos sistemas, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administram ambiente informatizado, prestam suporte técnico ao cliente, elaboram

documentação técnica. Estabelecem padrões, coordenam projetos, oferecem soluções para ambientes informatizados e pesquisam tecnologias em informática. Formação e Experiência: Para o exercício profissional dessas ocupações, requer-se curso superior completo, em nível de bacharelado ou tecnologia. Podem, também, obter formação específica por meio de cursos de qualificação, com carga horária entre duzentas e quatrocentas horas. A experiência profissional prévia requerida dos titulares para o exercício pleno das atividades é de um a dois anos, incluindo o tempo de estágio. Em função da inovação tecnológica, a permanência no mercado de trabalho requer atualização contínua dos profissionais.

Montadores de Maquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas: Montam máquinas agrícolas, de terraplanagem e perfuratrizes, inspecionando e fixando peças e conjuntos mecânicos e abastecendo sistemas hidráulicos, de arrefecimento e de lubrificação. Montam equipamentos de levantamento, movimentação e descarga, avaliando condições de locais para instalações, realizando terraplanagem para instalação e montagem, montando e alinhando bases e rampas de plataformas de descarga. Montam equipamentos de extração e beneficiamento de minérios e rochas, tais como alimentadores, peneiras, transportadores de correia e esteira e britadores, entre outros. Instalam equipamentos hidráulicos, pneumáticos, eletroeletrônicos, mecânicos e de ar-condicionado. Ajustam componentes mecânicos, hidráulicos e pneumáticos. Realizam testes em sistemas e componentes. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações ocorre após formação do ensino médio, acrescido de um curso profissionalizante superior a quatrocentas horas/aula, preferencialmente voltado à montagem de máquinas pesadas e ou equipamentos agrícolas oferecidos em centros de treinamento da própria empresa ou em escolas especializadas. Somente após quatro anos de prática profissional é que o trabalhador atinge o desempenho total das atividades.

ANEXOS

ANEXO 1
Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari

Classe	Descrição
0111-3	Cultivo de cereais
0113-0	Cultivo de cana-de-açúcar
0114-8	Cultivo de fumo
0115-6	Cultivo de soja
0116-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja
0119-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
0121-1	Horticultura
0131-8	Cultivo de laranja
0132-6	Cultivo de uva
0133-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva
0139-3	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente
0141-5	Produção de sementes certificadas
0142-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas
0151-2	Criação de bovinos
0152-1	Criação de outros animais de grande porte
0154-7	Criação de suínos
0155-5	Criação de aves
0159-8	Criação de animais não especificados anteriormente
0161-0	Atividades de apoio à agricultura
0162-8	Atividades de apoio à pecuária
0163-6	Atividades de pós-colheita
1011-2	Abate de reses, exceto suínos
1012-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais
1013-9	Fabricação de produtos de carne
1031-7	Fabricação de conservas de frutas
1032-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais
1033-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes
1051-1	Preparação do leite
1052-0	Fabricação de laticínios
1053-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
1061-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos de arroz
1062-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados
1064-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho
1066-0	Fabricação de alimentos para animais
1069-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente
1071-6	Fabricação de açúcar em bruto

1091-1	Fabricação de produtos de panificação
1092-9	Fabricação de biscoitos e bolachas
1094-5	Fabricação de massas alimentícias
1099-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente
1111-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas
1112-7	Fabricação de vinho
2511-0	Fabricação de estruturas metálicas
2512-8	Fabricação de esquadrias de metal
2513-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2521-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
2522-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central para veículos
2811-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários
2812-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
2813-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes
2814-3	Fabricação de compressores
2815-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais
2821-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
2823-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
2824-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado
2862-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumos
3319-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
3321-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais
3329-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente
7210-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR VALE DO TAQUARI:

Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Roca Sales, Vespasiano Corrêa.

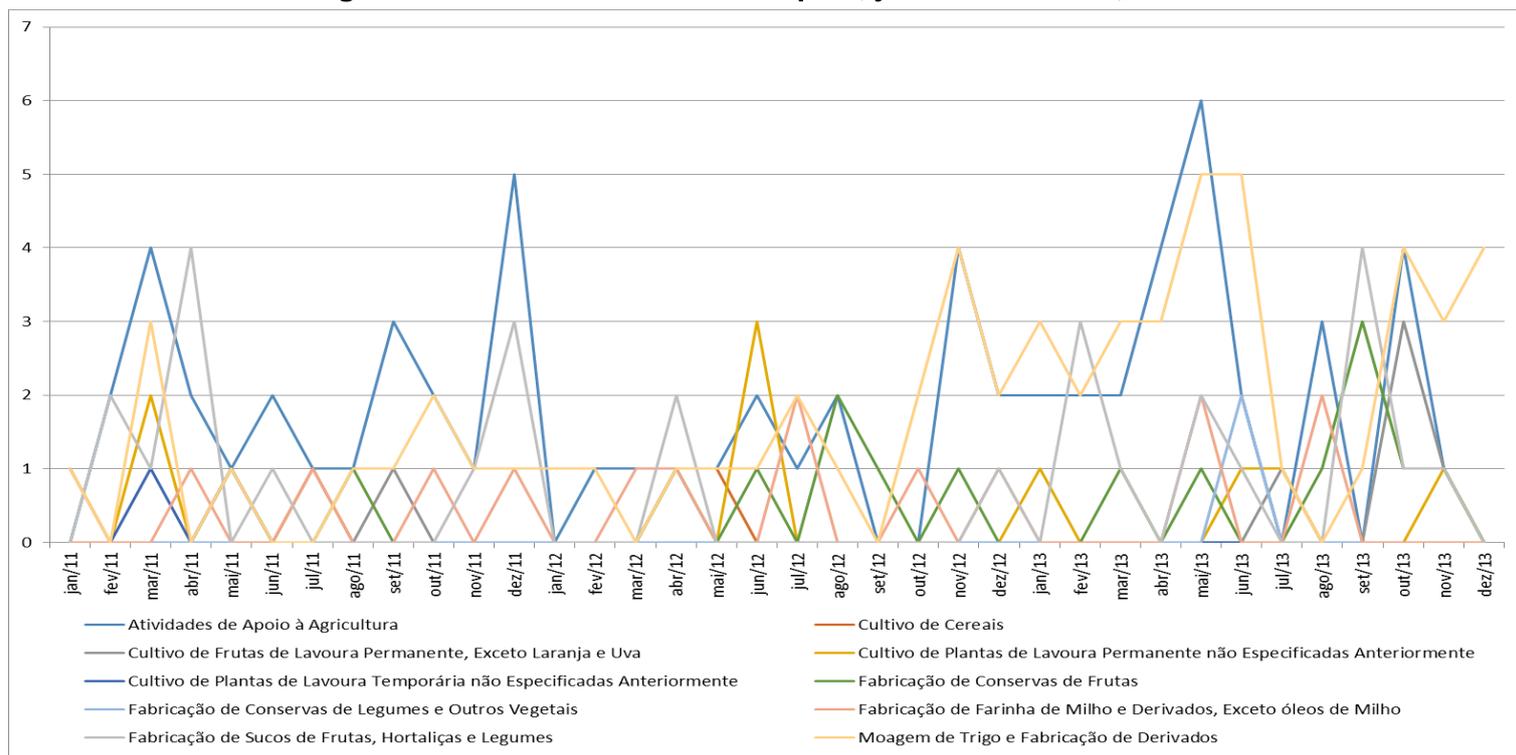
Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1377003335_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20-%20Vale%20do%20Taquari.pdf

ANEXO 2

Admissões por atividade econômica

APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, jan a dez de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 24/03/2014
 Elaboração: DIEESE

ANEXO 3
Saldos de empregos formais por faixa etária e condição de aprendiz
APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, set a nov de 2013

Faixa Etária	Não	Sim	Total	Participação Aprendizes/Total
Até 17	8	18	26	69,2
18 a 24	17	-4	13	-
25 a 29	-8	0	-8	0
30 a 39	-1	0	-1	0
40 a 49	-5	0	-5	0
50 a 64	-5	0	-5	0
65 ou mais	1	0	1	0
Total	7	14	21	66,7

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 10/03/2014
Elaboração: DIEESE